Bruxelas (Bélgica), 20 de fevereiro de 2014

À Comissão Nacional da Verdade
SCES, Trecho 2, Lote 22.
Centro Cultural Banco do Brasil, Portaria 3, sala 224.
Brasília - DF CEP 70200-002

Prezados Senhores,

Com o intuito de ser útil às pesquisas da Comissão Nacional da Verdade, decidi escrever algumas de minhas lembranças.

Chamo-me Abiasafe Xavier de Brito. Com 60 anos de idade, já vivi quase 41 anos fora do Brasil, ou seja, deixei o Brasil quando eu era ainda muito jovem. No entanto, apesar de tanto tempo passado, nunca me foi possível esquecer os últimos anos que passei no Recife, cidade onde nasci.

No dia 4 de abril de 1972, aos 18 anos, fui interceptado no fim do horário de expediente, dentro do Hospital Barão de Lucena, situado no bairro do Cordeiro, por vários homens que pretendiam querer me fazer algumas perguntas. “Olhe para o chão, e não lhe passará nada”, disseram-me.

Chegando perto do estacionamento, colocaram-me um capuz , jogaram-me dentro de um carro onde fui sentado entre dois deles. Em seguida, deram-me nas coxas algumas palmadas violentas, para que eu, segundo eles, fosse aprendendo a responder ao “doutor”.

Depois de uma corrida de carro, fui obrigado a descer. Meteram-me no canto de uma cela sem me retirar o capuz. Escutava-se gemidos, gritos, choros e ameaças. Um eu não sei quem, no outro lado das grades, começou a me fazer perguntas, enquanto outro desconhecido insultava e ameaçava outras pessoas.

Uma de minhas respostas desagradou o outro desconhecido, que entrou na cela e me deu algo parecido a uma chicotada, para me fazer ver, segundo ele, que ele não aceitava gozação. De fato, eu vinha de dizer que eles seriam presos pelo meu tio, Jonathan Marques da Cunha, uma personalidade pernambucana muito conhecida.

Durante à noite me torturam pela primeira vez, com choques elétricos e espancamentos. Fizeram-me inúmeras perguntas, sobretudo se eu conhecia pessoas ligadas à subversão, cujos nomes eles citavam. Eu desconhecia ou quase desconhecia os nomes citados. Afirmei chorando que só fazia alguns meses que essa história de grêmios e diretórios tinha começado a me interessar.

Colocaram-me em outro lugar. Embora incrédulo, comecei a orar pedindo à proteção de Jesus Cristo e a recitar versículos bíblicos. De vez enquanto, recebia um pontapé para ficar calado.

De manhã, escutei o som de clarins. Em seguida, uma bandeja com café e pão foi depositada perto de mim. Com o capuz levantado até o nariz, bebi o café e li impresso na bandeja: Exército Brasileiro.

Neste mesmo dia fui torturado duas vezes de maneira semelhante àquela da noite passada. As perguntas deles me pareciam sem sentido; minhas respostas lhes faziam rir, elas eram cheias de bobagens. Fui levado de volta à cela com outros presos, onde continuei a orar e a recitar salmos, entre os quais o salmo 23.

E perdi a noção do tempo.

Na quarta sessão de torturas, buscaram saber sobre minha família, sobretudo meu pai, pastor batista, e meu irmão , militar residente no Rio de Janeiro. Também queriam conhecer as igrejas que eu frequentava e os nomes das namoradas que tinha. Disse tudo o que imaginava. Sobre os outros sequestrados: poucas perguntas!

Fui torturado uma quinta vez, questionado sobre minhas leituras e a origem dos livros. "Romances e cursos de história, tomados emprestados em bibliotecas públicas", respostas que causavam irritação, que provocavam choques elétricos mais fortes.

Na última sessão, menos violenta, fui interrogado por um homem com sotaque do sul do Brasil. Pretendendo saber tudo sobre mim, propôs-me uma oportunidade de recuperação: "Doutor Jonathan é um de nossos amigos. Faça como ele, seja um dos nossos. Nós podemos lhe ajudar. Esqueça isso que se passou aqui". E se lançou numa diatribe contra comunistas e subversivos.

Fui recolocado em outra cela, onde escutei gritos e choros de mulheres, e ameaças de fazer uma delas abortar.

Vários dias depois, levaram-me encapuçado mas sem brutalidades a um quartel, em Olinda, onde já estava um estudante de física nuclear. Lá, nenhuma dúvida, tudo era exército brasileiro, todo mundo fardado. Lá, durante minha permanência, recebi de oficiais ou soldados um tratamento cortês, às vezes simpático.

Um certo dia, recebi a ordem de me retornar contra a parede. Voltaram a me encapuchar, empurram-me dentro de um veículo, e me entregaram a outros homens. Ainda com o capuz, fui levado ao primeiro andar. Um homem disse que si não ia chegar mais ninguém, eles poderiam começar.

E ele começou: quem é (gritava um nome)? Quando ouvi meu nome, respondi "Abiasafe". Como é mesmo seu nome? Repeti: Abiasafe! Então ele disse: "Tira o capuz que quero ver a cara deste Abiasafe".

Que surpresa! Encontrava-me em uma sala com muitos rapazes que formavam um semicírculo. Perto do homem que gritava nomes (o delegado Accioli), um senhor idoso,

magro, me olhou fixamente, caminhou na minha direção, ficando diante mim, acariciou a minha cabeça, e disse:
— Meu filho, você que faz aqui?
— Não sei, Seu Saul. Não sei até mesmo onde estou.
— Você está no DEOPS, na Secretaria de Segurança pública.
Meu interlocutor voltou para junto de Accioli, e cochichou alguma coisa ao delegado.

Seu Saul (de sobrenome Silvério, Silveira ou algo assim), ex-policial da DEIC (Delegacia Estadual de Investigações Criminais), havia trabalhado sob às ordens de Jonathan Marques da Cunha. Perto da aposentadoria, foi transferido como subcomissário ao Departamento estadual de ordem política e social. Uma de suas missões era a guarda dos presos. Por muitos anos, sua família e a minha foram vizinhos.

Depois da chamada de todos os presos recém-chegados, o delegado Accioli deu ordens aos agentes de alojar os presos em baixo, no buque, também conhecido como Brasil Novo. E, com um sorriso malicioso, acrescentou: "Mas guarde o Abiasafe aqui de lado, é amigo de Seu Saul, como vocês viram, e de muita gente boa". Senti-me morrer de vergonha!

Acompanhado por Seu Saul, desci com o último grupo de presos para ser alojado no Brasil Novo. Fui colocado numa cela com outros detidos, éramos oito ao total, em face de outra cela com a mesma quantidade de presos políticos.

Havia no Brasil Novo umas trintas pessoas alojadas, das quais dois sertanejos acusados de crimes típicos do sertão pernambucano. Talvez eu fosse o mais jovem dos presos, em todo caso eu tinha a aparência.

Durante minha estadia no DEOPS, meu comportamento foi considerado por quase todos os presos políticos como insensato, próximo da loucura. De fato, recusei de me fazer defender por um advogado, desejando empregar o tribunal como tribuna política. Exasperados, os dirigentes do DEOPS me advertiram, quando estive isolado numa cela do primeiro andar, que, si não parasse de dizer besteiras, seria enviado à Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), lugar, segundo eles, onde se reeducava pivetes como eu.

A pedido do meu pai, um advogado me defendeu na última audiência.

No dia 11 de dezembro de 1972, como um dos acusados no "maior processo por subversão" ocorrido em Recife, fui absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército, na sede da 7a Circunscrição Judiciária Militar.Um julgamento que declarou absolvidos todos os acusados.

Dez dias depois, deixo o Recife. Evitando capitais de estado ou grandes cidades, misturando-me nos grupos de hippies ou de vagabundos, dois meses e meio depois deixei também o Brasil.

No entanto, o relato de minhas lembranças será incompleto sem a revelação de fatos anteriores a 1972, aos quais estive implicados ou dos quais tive conhecimento.

Por um lado, considero sinceramente que esta revelação não causará qualquer repercussão contrária aos interesses dos protagonistas dos fatos que narrarei. Por outro lado, peço que

minha participação nos mesmos fatos seja considerada no seu justo valor, ou seja, como fruto das circunstâncias.

Si fui sequestrado, no dia 4 de abril de 1972, por elementos ligados ao Exército brasileiro, em vista de prevenir ações armadas do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), este crime era inútil. Em 1972, o PCBR não dispunha em Recife de meios para realizar ações armadas. Os dirigentes regionais ou estaduais deste partido ou foram mortos ou estavam presos, para não falar de um ou de outro desertor, de um ou de outro optante da rendição voluntária ou forçada.

Também eram desnecessárias as torturas, e as vendo somente sob um ponto de vista de instrumento de informação aos serviços de Inteligência Militar.

Quando estive nas mãos de meus sequestradores, eles obteriam informações fáceis com papel, caneta e reflexão. Em efeito, eles me perguntaram si era estudante. "Sou estudante do 2° ano científico no Colégio Estadual de Beberibe", respondi. Deram-me choques elétricos para saber quem eram neste estabelecimento escolar os professores e os alunos subversivos. Sinceramente , eu não sabia nem nunca soube!

Beberibe era um bairro na periferia do Recife, povoado de gente pobre, sem agitação politica especial.

Só fazia duas semanas que eu frequentava o Colégio Estadual de Beberibe, depois de ter sido expulso há mais de um ano, como agitador político, do Colégio Estadual de Pernambuco, onde era aluno do 2° ano clássico. O Colégio Estadual de Pernambuco, vizinho à Assembleia legislativa, era um dos centros da resistência à ditadura militar.

Felizmente, eles mudaram de assunto, concentrando suas investigações sobre minha ligação com jovens universitários, recentemente presos, suspeitos de tentativa de reconstrução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Si as investigações deles houvessem descoberto que, em 1969 e 1970, eu tinha sido estudante do Colégio Estadual de Pernambuco (CEP), eles haveriam obtidos informações que lhes deixariam surpresos.

Por exemplo, impossível que eu não tenha conhecido José Bartolomeu Rodrigues de Souza, estudante secundarista do Colégio Estadual de Pernambuco , de onde foi expulso comigo pelos mesmos motivos. Bartolomeu, o Tropi, era em 1972 uns dos militantes do PCBR mais procurados no Brasil. Sua família e a minha moravam quase na mesma rua, à 10 minutos de caminhada a pé.

Uma simples chamada telefônica ao DEOPS, e haveria desaparecido todas as dúvidas. Encontrava-se lá um certo José Lemos, conhecido como Zeca, ex-estudante do Colégio Estadual de Pernambuco, que havia desertado do PCBR e que se entregou voluntariamente às autoridades policiais e outras.

Foi justamente com Zeca que Bartolomeu e eu havíamos adquiridos os conhecimentos elementares dados aos participantes do GAD, grupos estudantis armados de autodefesa, antes mesmo que eu houvesse completado 16 anos.

É bem verdade que Zeca manteve um relacionamento mais estreito com Bartolomeu que comigo. Em 1969, em plena adolescência, eu era considerado um pivete indisciplinado, cuja audácia representava uma ameaça às regras de segurança.

Por exemplo:

— Durante uma reunião, realizada numa igreja católica (rua da imperatriz, praça Maciel Pinheiro), organizada pela Associação Recifense de Estudantes (ARES), foi decido uma panfletagem em ônibus. O representante da Resistência Secundarista, que todos chamavam Ramires, propôs que pequenos grupos de estudantes armados efetuassem esta panfletagem. Oposição da maioria. Um comitê foi eleito para a organização deste ato de protesto, ficando fechado, expressão usual entre participantes, que um grupo seria a cargo da ARES e outro comandado pela Resistência Secundarista.

Foi assim que conheci Ramires Maranhão do Vale, inimigo número 1 do investigador e torturador Miranda que era famigerado no Recife pelos seus crimes.

Quanto à distribuição dos panfletos, ocorrida na Avenida Sul/Rua Imperial, participei com um revolver calibre 22 cano curto, na mão direita, e com a mão esquerda jogava os panfletos dentro dos ônibus.

Para os militantes da Resistência Secundarista, entre os quais me vi incluído, a ação foi um sucesso, conforme às regras. Tudo rápido. O grupo de apoio na Rua Imperial recebeu a restituição das armas e desapareceu. Infelizmente, um rapaz e duas ou três mocinhas do grupo da ARES, que haviam corrido em direção da ponte do Pina, foram presos no taxi pelo motorista, que também era policial.

O estudante preso se chamava Franca, Roberto Franca, um colega do clássico, inscrito no ano superior ao meu, no Colégio Estadual de Pernambuco. Em todo caso, quando soube que ele tinha sido transferido da Secretaria de Segurança de Pernambuco ao quartel da Policia Militar, fui visitá-lo lá. Minha audácia me valeu críticas e elogios, nos bastidores minha cotação aumentou.

— Outra ação me apareceu assim, por azar. Tratava-se de visitar Cândido Pinto, estudante baleado, que se encontrava no Hospital D. Pedro II. Fazia-se necessário alguém que não despertasse suspeitas. Ofereci-me como voluntário.

Visitei-o duas vezes. Na primeira vez, ele estava inconsciente, saindo do bloco operatório; como sua mãe e sua irmã estavam presentes na quarto, falei um pouco com elas, e comecei a chorar. “Meu filho, um homenzinho não chora, que idade você tem? “15 anos”, respondi.

Na segunda vez, ele já sabia que eu tinha vindo visitá-lo. “Minha mãe me falou, disse que você chorou”. Depois de me ter informado sobre às suas condições de saúde, disse-lhe que tinha pressa, mais antes de ir embora, ia lhe contar um segredo: “Sou grande, tenho 15 anos, já estou na Resistência Secundarista”.

Assim do GAD, grupos estudantis armados de autodefesa, ao GAP, grupos armados de propaganda, tive que percorrer uma distância bastante pequena. E como eu gostava muito de ler, li alguns livros do general vietnamita Vo Nguyen Giap, depois de ter decorado os Princípios fundamentais de filosofia de Georges Politzer.

Consegui até mesmo uma namoradinha no Colégio Estadual de Pernambuco. Com ela, minhas leituras foram de pouca utilidade, apesar de uma declaração de amor que ficou famosa nos círculos estudantis. Farta de ser a namorada de um menininho, de um pivete, ela me trocou vários meses depois por um verdadeiro homem, um célebre José Gersino Saraiva, membro do comando militar do PCBR-Nordeste.

Para encontrar outro caminho, sem passar pelo Zeca, e para ir mais longe, havia um gesto simples: uma simples visita à minha família.

Nasci e fui educado numa família evangélica batista. Nela, não havia lugar para subversivo. Minha mãe, na sua ingenuidade, confidenciaria aos visitadores todos os sofrimentos causados por este filho desviado dos sagrados princípios bíblicos.

Já em dezembro de 1969, no dia da morte do Marechal Costa e Silva, policiais da Secretaria de Segurança Publica de Pernambuco vieram prender seu filho, estudante em férias do Colégio Estadual de Pernambuco. Indignada e envergonhada, ela tinha prometido aos policiais de tomar às providências. Quando o atrevido chegou, por volta de meia-noite, ele recebeu a maior surra de sua vida, para não se misturar com outros comunistas safados como ele.

Ela também guardou seu Vermelhinho de filho, durante quase três meses, dentro de casa, vestido somente com short e camiseta, impedido de ler livros, tendo como castigo suplementar lavar os pratos. Mesmo assim, ele manteve contatos com os subversivos, que vieram visitá-lo quanto ela ia à igreja.

Em março de 1970, voltando às aulas, ele fugiu de casa roubando as roupas dele. Até isso ela pensava que ele tinha sido obrigado a fazer pelos comunistas. Ela não sabia onde ele foi morar, mas sem dúvidas com comunistas.

Deixando minha família, fui morar em uma casa em Candeias, situada perto da praia e do terminal do ônibus. Nela habitavam cinco rapazes. Eles eram muito afetuosos uns com os outros; e se faziam chamar O Maguinho (Ramires Maranhão do Vale), Help , O Gordo e O Ceguinho (Almir Custódio de Lima), e me chamavam O Menininho ou O Pivete.

Ramires me colocou "por dentro" da situação, quer dizer, me deu as primeiras informações: Help e ele, na clandestinidade; os outros, mais ou menos como eu. Assim, eu dispunha de toda liberdade de movimentos, desde quando tomasse atenção para não ser "paquerado" e seguido. Eu também poderia "dar uma mãozinha" nos trabalhos domésticos, mas quando quisesse.

Outra regra de segurança: quando os GAP entravam em ação, com a participação de um ou de vários de nós, nossa casa deveria ficar vazia, mesmo durante à noite. (Participei de algumas ações dos GAP, inclusive noturnas, como por exemplo, distribuição de panfletos ou pichamentos, entre os quais aquele do muro de um quartel em Olinda Casa Caiada).

Em seguida, falamos das reuniões; eles faziam muitas entre eles, com rapazes vindos de fora. Também havia muitas visitas.

Alguns dias depois de minha chegada, recebemos a visita de um rapazinho risonho, talvez da minha idade, com produtos alimentícios, que chamava o Maguinho pelo nome de nascimento (Ramires)! “Então você é o novo filhote. Venha comigo até o terminal do ônibus”, disse-me. No caminho, ajuntou: “Sou o Bezerrinha. Todo mundo me conhece. Quando quiser tomar caldo de cana ou comer bolinhos sem pagar, venha onde trabalho. Trabalho numa lanchonete na rua da Aurora com a Avenida Conde da Boa Vista”, em pleno centro do Recife.

Contei esta história a Ramires, e pedi explicações.
— Não vá lá, não. Bezerrinha é conhecido por todo mundo, é um dos menores sobrinhos de Gregório Bezerra.

De Gregório Bezerra, este símbolo do povo brasileiro!

Ramires também precisou que nós éramos de outro partido. No entanto, antes de entrar realmente no Partido, eu deveria participar de um grupo de estudos. Minha participação na OPP, organização para-partidária, seria discutida na sua próxima reunião com os comitês estadual e regional.

Fui convidado a esta reunião. Estavam presentes dirigentes do PCBR , entre os quais *Francisco de Assis* Barreto Filho, um jovem radiante. Simpatizei muito com ele. Como o ônibus já havia partido, propus acompanhá-lo até o próximo terminal de ônibus, em Piedade. Conversamos de tudo e de nada, sobretudo de livros.

Participei de outra reunião com ele, para estudo, análise e discussão do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), assunto que me parecia pouco interessante. E fomos juntos ao Recife no fusca que ele conduzia.

Estive em outra reunião com ele e outros dirigentes do PCBR, realizada não sei onde, para discutir do fato que eu tinha perdido na praia um revólver Smith & Wesson, quando dormia à beira mar com minha namoradinha.

Também fui chamado a uma reunião com os residentes, onde ficou “fechado” que nossa casa seria fechada por razões de segurança. Comunicaram-me que eu voltaria a viver com minha família, desligado de todas atividades, inclusive daquelas no colégio, por decisão do comitê regional. Pedi para falar com Chico de Assis.

Ele veio me ver. Com muita paciência, aguentou minha explosão de cólera e me explicou que o PCBR funcionava segundo os princípios do centralismo democrático. Assim, si eu era um verdadeiro comunista, eu ia dizer aos meus companheiros que me submetia à decisão tomada.

Peguei minhas roupas, disse tudo que pensava do “centralismo democrático”, e adeus. Não quis falar muito com Chico de Assis, que me esperava no carro.

— Você tem para onde ir?
— Sim. À casa de minha namorada.
— Aproveite para tirar um sarro.
— ((Não respondi)
— Está zangado?

— Sim.
— A gente pode marcar um ponto para amanhã?
— (Não respondi)
Marcou o ponto, e me disse de cobri-lo, ou seja, marcou o encontro e me disse de vir sem falta: era importante!

Ele, vestido de paletó e gravata, e eu, com farda do colégio, chegamos no ponto a pé quase simultaneamente. Risonho, cochichou no meu ouvido: "Suba no ônibus comigo". Segui-o intrigado. Desceu na entrada do bairro do Curado, e eu atrás dele. Passamos o terminal da linha do Curado e, depois de caminharmos alguns minutos, entramos numa casa com luzes acesas, recentemente construída, vizinha a outras semelhantes.

— A gente gosta muito de você. Si você quiser, você vem viver com a gente, neste aparelho do comitê regional do PCBR. Aqui, somos todos procurados pela ditadura.

Proposta irrecusável. Escolhi "Augusto" como nome de guerra. Em seguida, continuamos com as "dicas": regras de discrição e de seguranças:

Para todo mundo, eu haveria debreado. Para vizinhança, era o irmão menor dele, e ele e uma companheira formavam para as aparência um casal recém-casados. Sobretudo não falar com ninguém, e antes de voltar para casa: muita atenção.

A companheira, suposta esposa de meu suposto irmão, era bonita e classe A. Falei com ela poucas vezes. Suponho que ela era Nancy Mangabeira Unger, que seria uma das presas políticas trocadas pelo embaixador suíço Enrico Bucher.

Terminamos este primeiro encontro prevendo nossa reação em caso de cerco policial. Não seria moleza! Somente o que vi no meu quarto... tubos de plástico de uns 45 cm, com carga explosiva, capazes de enviar no ar um elefante.

Depois de algumas semanas de convivência , meu suposto irmão chegou furioso, à noite, falando de um "racha" que permitiu aos emigrados de passar com armas e dinheiro à Aliança Libertadora Nacional (ALN). Ele pretendia ir recuperar o recuperado pelos trânsfugas.

Tentei dissuadi-lo. Nosso bate-papo degenerou em insultos recíprocos. Fazendo uso de suas prerrogativas, baseadas no "centralismo democrático", expulsou-me de tudo. Deixei-o sozinho. Depois de caminhar mais de três horas, do Curado ao bairro do Arruda (onde morava minha mãe), bati nas portas da casa dela. "Mamãe, gritei, o filho pródigo está de volta!" Entrei, tomei banho, jantei e fui dormir.

Durante uma semana não sair de casa. Reintegrei-me à vida familiar. Recomeçando a frequentar o colégio, fui informado de minha expulsão como provável elemento ligado à subversão. A transferência foi entregue à mamãe. Graças a bondade de Deus que, segundo ela viu sua tristeza, eu poderia ser matriculado em agosto no Colégio Americano Batista, para terminar o ano letivo. Eu, estudar no Americano Batista? Nada disso.

Perto de completar 17 anos, eu me vi sem escola, sem namorada e sem a confiança de minha família. Tudo isso era no entanto para mim sem importância. Para mim só

importava a Revolução, e o caminho no Brasil para chegar lá era Greve, Guerrilha, Governo Popular.

Si as circunstâncias da vida me impediam de prosseguir neste caminho, elas me ofereciam uma pausa. Como ninguém tinha vindo perturbar minha tranquilidade, levei durante alguns meses a vida de um adolescente: praia, passeios e namoradas. Também me refugiei nas bibliotecas públicas, onde era conhecido como leitor apaixonado pela literatura grega e latina.

Por acaso, saindo de uma biblioteca , reencontrei O Ceguinho (Almir Custódio de Lima). Seus pais moravam num apartamento na avenida Conde da Boa Vista, perto da rua do Hospício, perto também do lugar de nosso reencontro.

Deu-me noticias catastróficas: queda do comitê regional, torturas, muitas prisões. Para completar o quadro, um conhecido nosso dos GAP, grupos armados de propaganda, estava "quebrado ideologicamente", com o moral baixo, e necessitava urgente de "apoio ideológico", ou seja, de encorajamentos.

Fomos no outro dia visitar o rapaz. Encontramo-lo inconsolável em uma sala vazia da Universidade Católica de Pernambuco. Inimaginável! Encontramo-lo com as mãos na cabeça, chorando, proferindo palavras incompreensíveis. Nós o chamávamos Luizinho Jacaré.

Simpatizante do movimento estudantil desde a sua adolescência, era conhecido de todos. Ninguém desconhecia que ele era oficial do Exército brasileiro. Suspeito de implicação no trágico acidente que causou a morte do Tenente da Aeronáutica Mateus Levino dos Santos, Luizinho Jacaré teve um destino que é ainda hoje um mistério.

Esta visita consolidou minha ruptura com o PCBR. No entanto, somente o isolamento social absoluto me poderia preservar de outros reencontros. Amigos da igreja, colegas de escola e até mesmo vizinhos conheciam minhas opiniões políticas. Em todo caso, esconder minhas opiniões não me era muito fácil.

Eu devia continuar minha vida e, por estas coincidências da vida, passei diante do Colégio Pinto Junior, escola exclusivamente para mocinhas, no bairro da Boa Vista (Recife centro). Havia um grupo de meninas. "Olha! Ele bonitinho mas tem medo da gente", disse uma delas. Voltei. Convidaram-me para vê-las no dia seguinte antes de começar às aulas. Voltei, e havia ainda mais mocinhas. Convidaram-me para ir à praia, no domingo. Aceitei. Algumas vieram com o namorado. Na outra semana, fui apresentado a uma Neguinha, que me conhecia vagamente; ela me tinha visto antes com uma de suas colegas, uma loirinha, que abandonou os estudos. Meu prestígio aumentou.

Durante a semana, estávamos na entrada do Pinto Junior; no domingo, na praia, entre Boa Viagem e Piedade. Minha timidez atirou a atenção de todos. No entanto havia um momento que eu me despertava, era quando se falava de política, contra a ditadura.

Nesses passeios, era impossível conter a indignação das mocinhas, elas queriam fazer alguma coisa contra a ditadura. Planejamos uma panfletagem. Quantos queriam participar? Uns vintes, entre rapazes e mocinhas. Calma! Propus um pequeno grupo que se

encarregaria de organizá-la. Acordo. Sugeri três entre nós (eu os supunha da ARES), e eles me indicaram como o quarto membro do grupo.

Passeando na praia, "fechamos" que o panfleto seria assinado pela ARES, Associação Recifense de Estudantes, cujo texto conteria reinvindicações estudantis contra a ditadura. Marcamos o lugar (Universidade Católica de Pernambuco), a data (5 de outubro) e hora (no fim das aulas). Algumas mocinhas ficariam de “paquera” na parada de ônibus. Casais de namorados jogariam pacotes de panfletos pelos muros. Um estudante da Universidade Católica, e da ARES, desconhecido de nós, jogaria seu pacote de um dos andares vizinhos à biblioteca; e do outro, eu lançaria o meu, que me seria entregue um pouco antes pela Neguinha (ela tinha conhecido a "Loirinha", minha ex-namorada, aquela que me tinha deixado por um verdadeiro homem).

5 de outubro de 1971, às 21h30, nas ruas laterais à Universidade Católica de Pernambuco, tudo pronto, quase cada um no seu posto. A Neguinha e eu, no nosso, o portão oposto à entrada da universidade. Pedi a uma das nossas mocinhas, que se dirigia ao seu posto, de me dar um beijo. Meu pedido desagradou à Neguinha. "Calma! Hoje é o dia do meu aniversário. Mereço um presente." E ela me deu um beijo muito subversivo.

Depois de ter jogado meu pacote de panfletos, saí da universidade nos braços de meu pai, professor substituto, para ir comemorar com ele meus 18 anos.

Ninguém foi preso. Todo mundo, contente. Então, mais uma boa notícia: a Neguinha e eu estávamos de namoro. (A Neguinha, Maria Inêz da Silva, é hoje uma senhora de 61 anos, artista plástica de reputação internacional).

Foi justamente depois desta panfletagem que que conheci um estudante da Universidade Católica, simpatizante do PCBR, e que, depois de alguns encontros, se propôs de me apresentar um estudante de engenharia da Universidade Federal. Tudo era informal e quase público. Às vezes, os dois rapazes e eu íamos jantar em restaurantes em Olinda ou no centro de Recife. Fizemos até mesmo um piquenique de dois dias, numa praia não muito longe de Candeias, com a fina flor da juventude pernambucana. Entre os participantes, talvez eu fosse aquele cujas formação intelectual e origem social eram as mais modestas.

Seis meses depois da panfletagem, fui preso no dia 4 de abril de 1972, por elementos ligados ao Exército brasileiro. Eu pensava que meus sequestradores queriam se informar sobre ela; sob torturas compreendi que se tratava de meus encontros com os estudantes universitários, entre os quais o Pedrão, e pelo qual eu tinha e tenho uma grande admiração.

Pedrão, Pedro Eugenio de Castro Toledo Cabral, brilhante estudante de engenharia da Universidade Federal de Pernambuco. (Hoje, meu ex-camarada de celas e de torturas figura entre as maiores personalidades universitárias e políticas do Brasil).

Depois de mais de oitos meses de prisão, deixei o Recife, abstendo-me de contatos com militantes políticos. E, da mesma maneira, dois meses e meio depois: o Brasil.

No dia 5 de outubro de 1973, completei 20 anos na Embaixada da República Argentina em Santiago do Chile, entre centenas de brasileiros refugiados nesta legação diplomática, entre

brasileiros que fugiam outra ditadura, aquela que vinha de ser instaurada no Chile pelo General Augusto Pinochet.

Preso em março de 1975 na Argentina e expulso deste país em setembro de 1976, como era desprovido de documentos brasileiros, foi graças a um salvo-conduto diplomático concedido pela Embaixada do Reino da Bélgica em Buenos Aires , que viajei à Bélgica, país onde moro há mais de 37 anos.

Como nunca fui titular de inúmeros documentos brasileiros, nunca exerci direitos nem cumpri deveres de cidadão. Sou ainda hoje brasileiro de direito, vivo de fato como apátrida.

Respeitosamente,

Abiasafe Xavier de Brito